





FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Inês Cabral | Nuno Fonseca | Manuel Jorge Lobão | Dionisia Violante | António Dutra | Leonor Dutra | Elisabete Pires

Violante | Antonio

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira Revisão:

Luísa Cordeiro

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição: Sindicato dos Professores da Região Acores (SPRA):

Rimestral

Tiragem média:

2.500 exemplares

Impressão e acabamento Nova Gráfica, Lda

Dep.Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPRA:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14 9580-533 Vila do Porto tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872 sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º 9500-310 Ponta Delgada tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698 spra.smiguel@mail.telepac.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia 9700-130 Angra do Heroísmo tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607 spra.terceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22 9880 Santa Cruz Graciosa tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886 spragraciosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira,11r/c 9850-022 Calheta, São Jorge tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519 spra sigrae@sapp.pt

FAIAL

R. de S. João nº 38 Fracção B, 1º andar 9900 Horta tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282 sprafaial@sapo.pt

PICO

R. Dr. Manuel de Arriaga 9950-302 Madalena do Pico tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023 sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C 9970-332 Sta Cruz das Flores tel/ fax: 292 592 976 spra-flores@sapo.pt



Racionalização de recursos humanos

O léxico neoliberal afigura-se-nos com sinónimos interessantes, por exemplo, uma das palavras com que somos bombardeados incessantemente pela classe política e "fazedores de opinião" é racionalização.

frequentemente utilizada para caracterizar e justificar medidas de contenção de custos com pessoal, através de deslocação e ou despedimentos de trabalhadores. Racionalização de recursos humanos é uma frase recorrente, nos tempos que correm, quando um político se refere a medidas de gestão de funcionários e trabalhadores, curiosamente, refere-se ele próprio quando as medidas são desencadeadas durante o seu próprio mandato. Ora, o significado prático desta afirmação é que antes das medidas anunciadas os seus actos de gestão de recursos humanos eram irracionais. Noutros casos, a afirmação decorre de um novo mandato, quer o seu antecessor fosse ou não do mesmo partido. Uma vez mais, temos a assunção de irracionalidade por parte dos seus antecessores. Podemos concluir que, afinal, temos sido governados de forma irracional. Embora este facto seja reconhecido pelo senso comum, creio que a grande novidade será o reconhecimento dos actores da irracionalidade dos seus actos, daí a necessidade de repor a racionalidade durante o mandato do próprio ou dos actos irracionais dos seus

sta palavra, a cujo significado está ligado o uso da razão, é

Voltando ao léxico neoliberal e aos seus sinónimos, racionalização de recursos humanos, parece, cada vez mais, ser sinónimo de redução, subtracção, mas, acima de tudo, parece ser sinónimo de desemprego, precarização e desvalorização do trabalho.



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Desemprego docente

A principal preocupação do SPRA

Seguramente, o tema do desemprego docente nesta Região Autónoma representa, neste momento, a principal preocupação do SPRA, não só pelo impacto social na Região, mas também pelo impacto que a redução de 30 por cento nas contratações poderá vir a ter na qualidade das respostas educativas das escolas públicas da Região.

sta foi a mensagem mais expressiva da conferência de imprensa que a Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) realizou, no passado dia 19 de Setembro, na cidade de Ponta Delgada, no arranque do novo ano lectivo no arquipélago.

Como o SPRA lembrou neste contacto com os profissionais da comunicação social, a Secretária da Educação e Formação, em declarações a um jornal diário regional, referiu como uma das explicações para a diminuição de horários docentes a redução de 2600 alunos face ao ano transacto. A este propósito, o SPRA observa: "Admitindo esse facto, não deveremos atribuir este decréscimo a razões demográficas, já que estas não se manifestam num horizonte temporal tão escasso. Assim, será, certamente, mais fácil explicar este facto através de uma fuga dos alunos do ensino

DIZ SINDICATO DE PROFESSORES

Lista de colocações confirma "piores receios"

fessores da Região Açores de imprensa assinada pelo (SPRA) considera que a presidente do sindicato, ista de colocações de oferta de emprego docente no arquipélago ontem divulgada confirma "os piores re-

nas foram colocados 579 docentes, que representam do primeiro ciclo" uma diminuição das contratações de quase 30 por considera que o decrés-

cento", refere uma nota António Lucas.

que, nos últimos anos, as ceios", traduzindo-se numa 800, salientando que "a cão regional" redução de quase 30 por explicação para este decréscimo não pode ser encon-"Os piores receios do trada somente em razões SPRA confirmam-se, ape- demográficas, mas também no encerramento de escolas cadores, que terá como

Por outro lado, o SPRA

cimo nas contratações de "a decisão política de fazer regressar ao servico lectivo O documento recorda encontravam em serviços contratações rondavam as dependentes da administra-

> fundamente este acentuado de professores e de edudocente", refere a nota,

com elevado número de inúmeros docentes que se precários, mas também com elevado número de sempregados"

"O SPRA lamenta pro- cação da lista de colocações, o SPRA alerta ainda contratados para requererem, na última escola onde principal consequência o trabalharam, a compenaumento do desemprego sação por caducidade de

ALERTA SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO ACORES

Lista de colocações de docentes reduzida em 30% nos Açores

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) para este decréscimo não consequência o aumento do considera que a lista de colocações de oferta de emprego docente no arquipélago, divulgada, ontem, confirma "os piores receios".traduzindo-se numa redução de quase 30 por cento nas contratações.

"Os piores receios do SPRA confirmam-se, apenas foram colocados 579 docentes, que representam uma diminuição das contratações de quase 30 por cento", refere uma nota de imprensa assinada pelo presidente do sindicato. António Lucas.

que, nos últimos anos, as contratações rondavam as 800,

pode ser encontrada somente em razões demográficas, mas a nota. também no encerramento de escolas do primeiro ciclo".

Por outro lado, o Sindicato dos Professores da Região Açores considera que o decréscimo nas contratações de docentes também reflete "a decisão política de fazer regressar ao servico letivo inúmeros docentes que se encontravam em servicos dependentes da administração

"O SPRA lamenta profundamente este acentuado decréscimo de contratação

António Lucas acrescenta

Na sequência da publicação

salientando que "a explicação res, que terá como principal desemprego docente", refere



que os professores "passam não só a ser um grupo profiselevado número de desempregados"

da lista de colocações, o SPRA alerta ainda os docentes que não ficaram contratados para reguererem, na última escola onde trabalharam, a compensação por caducidade de

Para a Direcção do SPRA, as explicações

para a redução das contratações devem

ser encontradas num conjunto de me-

didas políticas e administrativas como

o encerramento de 27 escolas do 1.º Ci-

clo e Pré-Escolar, no fim de um conjunto

significativo de requisições e destaca-

mentos de professores do quadro que

regressaram aos seus estabelecimentos

de ensino e, principalmente, no 1.º Ciclo,

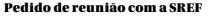
no fim dos pares pedagógicos nos pro-

gramas de recuperação de escolaridade

(Programa Oportunidade) e nas redu-

ções significativas dos apoios educativos.





Reunida em Ponta Delgada nos dias 16 e 17 de Setembro, a Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores, deliberou fazer um pedido de reunião, com carácter de urgência, à Senhora Secretária da Educação e Formação, em que serão solicitados dados sobre o desemprego docente de residentes nos Açores, avaliação dos programas de recuperação de escolaridade, dados estatísticos sobre apoios educativos e informações sobre o processo de integração do Conservatório Regional da Horta na EBI da Horta.

Saudacão

Na abertura do presente ano lectivo, o Sindicato dos Professores da Região Açores saúda os professores e educadores em exercício na Região, que, apesar da conjuntura extremamente desfavorável, certamente continuarão a dar o seu melhor e a dignificar a profissão docente e o ensino nos Açores.



Docentes que concorreram a destacamento por condições específicas para o Continente

A Direcção do SPRA destacou também na conferência de imprensa de 19 de Setembro um apontamento sobre a situação dos docentes provenientes da Região Autónoma dos Açores que concorreram a Destacamento por Condições Específicas para o Continente. Tendo já alguns dos casos sido contactados para a manifestação de preferências, o SPRA tem conhecimento de situações em que os docentes ainda não foram contactados para o efeito referido, por isso, na sequência de todos os esforços que tem desenvolvido no sentido de ver esta situação resolvida, oficiou, o Director Geral de Recursos Humanos, questionando-o sobre a situação destes professores e educadores, que estão a ser discriminados e injustiçados.

Consequências do memorando da "troika" na Região

Relativamente à aplicação do "Memorando da Troika" na Região Autónoma dos Açores, o SPRA, recorde-se, em conferência de imprensa realizada no passado mês de Julho, manifestou preocupações sobre o impacto daquele memorando na economia e sociedade da Região, nomeadamente, no que diz respeito às reduções dos funcionários da Administração Regional e Local. O SPRA considera essencial a mobilização da opinião pública açoriana e das forças políticas regionais no sentido de demonstrar ao Governo e Assembleia da República que a aplicação cega do "Memorando da Troika" na Região Autónoma dos Açores poderá levar a uma crise económica e social sem precedentes nas últimas décadas, nomeadamente no impacto amplificado nas débeis economias das "ilhas mais pequenas".

público regular para o ensino profissional privado."

E mais adiante, o Sindicato regista: "Também no âmbito das declarações da SREF relativamente ao ratio professores/turmas, não foram explicadas as distorções existentes na Região entre as ilhas menos populosas e as mais populosas, as que têm perdido população e as que têm crescido, nestes casos, seguramente, encontraremos explicações demográficas para as diferenças de ratio."

E os efeitos do encerramento de escolas na Região?...

4 Outubro 2011 • SPRAinformação SPRAinformação • Outubro 2011 5

SPRA reuniu com SREF

Esclarecimentos e tomadas de posição

Uma delegação do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) reuniu, no passado dia 28 de Setembro, com a Secretária Regional da Educação e Formação.

m cima da mesa estiveram as seguintes matérias: 1. Apoios educativos; 2. Avaliação do Programa Oportunidade; 3. Integração do Conservatório da Horta na EBI da Horta; 4. Desemprego docente (residentes); 5. Destacamento por Condições Específicas (DCE). Nestas páginas apresentamos um esboço das principais conclusões e tomadas de posição assumidas na abordagem daquelas matérias.

Apoios educativos

Relativamente ao primeiro ponto, o SPRA mostrou a sua indignação perante a significativa redução dos apoios educativos, nomeadamente no 1.º Ciclo, tendo questionado o cumprimento dos preceitos legais nesta matéria (Regulamento da Gestão Pedagógica e Administrativa dos Alunos), bem como alertado para a necessidade de atender aos casos específicos devidamente fundamentados pedagogicamente pelos órgãos de gestão, que, estes sim, conhecem o contexto que envolve cada situação. A Senhora Secretária apresentou um quadro estatístico dos apoios educativos distribuídos pelas várias Unidade Orgânicas, que contradiz o sentir das escolas.



Avaliação do Programa Oportunidade

No que diz respeito ao Programa Oportunidade, a SREF apresentou dados estatísticos relativamente às progressões destes alunos, tendo veiculado que as progressões decresceram no ano lectivo de 2010/2011 em relação ao ano anterior, dando a entender que o par pedagógico não terá contribuído para a melhoria do sucesso dos alunos envolvidos neste programa de recuperação da escolaridade. Obviamente que o SPRA considera que o aumento das



Esta estrutura sindical, por princípio, defende que, em turmas com alunos de percursos escolares irregulares, devido a dificuldades de aprendizagem e absentismo, a leccionação em par pedagógico constitui uma mais-valia para a integração destes alunos no ensino regular

taxas de insucesso têm, certamente, outras explicações que importaria apurar.

Esta estrutura sindical, por princípio, defende que, em turmas com alunos de percursos escolares irregulares, devido a dificuldades de aprendizagem e absentismo, a leccionação em par pedagógico constitui uma mais-valia para a integração destes alunos no ensino regular. Importa relembrar que, com a degradação social e económica que se está a viver na sociedade actual, os problemas extremamente preocupantes, destes alunos, agravam-se, sobremaneira, de ano para ano.

Integração do Conservatório da Horta na EBI da Horta

O Sindicato dos Professores da Região Açores questionou, em seguida, a SREF relativamente ao processo de integração do Conservatório da Horta, nomeadamente sobre o momento escolhido para a concretização do processo, uma vez que as obras para a construção da ala da EBI da Horta onde decorrerão as aulas de Música estão ainda a iniciar-se.

Segundo a Secretária da Educação e Formação, o processo de integração está a decorrer dentro da normalidade, estando já em funções a Comissão Instaladora e eleito o Coordenador do Departamento do Ensino Artístico. Acrescentou que o processo de integração do pessoal docente e não docente nos quadros da unidade orgânica está concluído e que optou pela integração do Conservatório

Regional da Horta na EBI da Horta, porque a maioria dos alunos era desta unidade orgânica e que não faria sentido deslocar a maioria e os mais jovens para a Escola Secundária Manuel de Arriaga. Concluiu que as novas instalações a serem facultadas aos alunos e aos professores seriam as mais adequadas para o ensino da Música.

Desemprego docente (residentes)

Questionada sobre eventuais reduções significativas de pessoal docente para o Ano Lectivo 2012/2013, a SREF afirmou ter expectativas de pequenos acertos, mas nunca uma redução significativa como a que se realizou no corrente ano lectivo. A este propósito, o SPRA relembra o que já afirmou, aquando da Conferência de Imprensa do passado dia 19, de que é "essencial a mobilização da opinião pública açoriana e das forças políticas regionais no sentido de demonstrar ao Governo e Assembleia da República que a aplicação cega do "Memorando da Troika" na Região Autónoma dos Açores poderá levar a uma crise económica e social sem precedentes nas últimas décadas, nomeadamente no impacto amplificado nas débeis economias das ilhas mais pequenas."

Destacamento por Condições Específicas (DCE)

Por último, o SPRA entregou uma lista com os nomes de cinco docentes candidatos a Destacamento por Condições Específicas ao continente e que fizeram o seu processo de candidatura cumprindo rigorosamente as directrizes emanadas pelo Ministério da Educação e Ciência e não obtiveram, até ao momento, colocação no continente. Uma vez que o Senhor Director Geral de Recursos Humanos não respondeu ao ofício enviado pelo SPRA, no passado dia 16, a solicitar a resolução do problema, foi pedido à SREF que intercedesse junto do Secretário de Estado, no sentido de, como prometido, proceder à colocação destes docentes, que cumpriram com todas as orientações veiculadas pelo MEC e que continuam sem ver resolvida a sua situação, por via de uma profunda injustiça e discriminação. Ficou a promessa, por parte da tutela, de envidar esforços para resolver esta situação, designadamente, através de ofício a enviar à DGRHE, acompanhado da lista nominal dos docentes em apreço.



ESTUDO

Apenas 8% são estudantes de outros lugares

Universidade dos Açores tem 92% de alunos oriundos do arquipélago

Um estudo, inédito no país, que traçou o perfil dos estudantes da Universidade dos Açores indica que 92 por cento são oriundos do arquipélago, revelou Luís Rocha, director do Observatório do Emprego e Formação Profissional.

comum pensar-se que há uma larga percentagem de alunos de fora da Região, mas isso, que foi uma realidade até há poucos anos, agora já não acontece", frisou, acrescentando que o estudo permitiu concluir que "há 92 por cento de alunos provenientes dos Açores, enquanto 2,4 por cento são oriundos da Madeira e 5,3 por cento do Continente". Os dados divulgados indicam ainda que a ilha de S. Miguel é a que mais contribui com alunos para a Universidade dos Açores, com

74 por cento, seguindo-se a Terceira (16,5) e o Pico (3,4). O estudo, que se baseia em 60 por cento de respostas válidas obtidas num inquérito aos 923 alunos matriculados no ano lectivo anterior, foi efectuado entre Fevereiro e Março, revelando ainda um conjunto de intenções dos alunos finalistas de licenciaturas e dos cursos preparatórios.

"Os principais cursos por onde se distribuem os alunos são Gestão (13 por cento), Enfermagem (9), Turismo e Educação Básica (6 por cento cada)", salientou Luís Rocha,

6 Outubro 2011 • SPRAinformação • Outubro 2011 7

acrescentando que a Enfermagem, apesar de ter uma "percentagem interessante" de alunos na Região, é a "primeira grande área em que os alunos acorianos estão matriculados no Continente". Ainda no âmbito deste estudo, verificou-se que os finalistas frequentam os cursos de Gestão, Turismo, Enfermagem e Educação Básica e ingressaram na UAÇ com médias maioritariamente entre 12 e 16 valores. Os dados divulgados indicam, também, que mais de 76% dos finalistas pretendem dar continuidade aos seus estudos, apostando na obtenção de um mestrado ou pós-graduação, 88% guer permanecer nos Açores e 75% demonstra vontade em realizar um estágio, em particular, no estrangeiro.

O Director Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, que presidiu à apresentação pública do referido estudo, em Ponta Delgada, considerou que o documento em causa "vai permitir ao

Governo Regional, à Universidade e aos próprios interessados, um maior conhecimento da realidade dos estudantes açorianos no ensino superior, das suas ligações ao mundo do trabalho, das suas expectativas, das suas origens, e da dimensão de cada curso".

Segundo Rui Bettencourt, com este estudo será possível, ainda, "ajustar as medidas e os dispositivos, a abertura ou não de cursos, as estratégias da qualificação profissional superior e a tomada de consciência do valor no mercado de trabalho de alguns cursos". A propósito, Rui Bettencourt salientou que "o Governo dos Açores encontra-se a acelerar a colaboração com a província canadiana do Quebeque, que, no âmbito da cooperação da Assembleia das Regiões da Europa, deseja receber jovens estagiários enfermeiros e técnicos de serviço social, e estamos a aumentar a nossa quota no Eurodisseia". O estudo está disponível na íntegra no sítio

do Governo Regional, através do seguinte endereço electrónico: www.azores.gov.pt, na página do Observatório do Emprego e Formação Profissional. Luís Rocha revelou ainda que "os estudantes da Universidade dos Açores são maioritariamente do sexo feminino (65 por cento), cerca de um terço têm entre 21 e 23 anos e 20 por cento ainda não completaram 20 anos". A média de entrada para a Universidade dos Açores situou-se entre 12 e 14 valores em 40 por cento dos alunos, enquanto 22 por cento entraram com uma média entre 14 e 16 valores.

"Havia a ideia de que vinham para a Universidade dos Açores as pessoas com as médias mais baixas e, portanto, só entravam aqui porque era a única oportunidade que tinha. Talvez tenha sido assim no passado, mas agora verificámos uma inversão desta situação", frisou Luís Rocha. | Correio dos Açores, www.correiodosacores.net, 26/09/2011

uanto à situação internacional, teremos que remontar à década de 70, do século passado, e ao reaparecimento da doutrina económica do neo-liberalismo da "escola de Chicago" do Professor Milton Friedman. Esta doutrina opunha-se claramente à existência de sindicatos, à contratação colectiva e até à existência de salário mínimo nos E.U.A., apresentando-se absolutamente avessa à intervenção do Estado na economia e glorificando o mercado como o único e verdadeiro regulador das relações económicas e sociais.

A partir da década de 80, políticos de todo o mundo começam a nortear as políticas económicas e sociais por esta doutrina económica, com maior ou menor vigor, dependendo de condicionalismos específicos de cada país. Na Inglaterra, país precursor destas políticas, teve o seu rosto na 1ª Ministra Margaret Thatcher, que, rapidamente, se tornou um modelo para outros políticos europeus.

Em abono da verdade, poderemos encontrar aqui, no neo-liberalismo, os princípios que levaram à deslocação massiva do sector industrial dos países desenvolvidos para a Ásia e América do Sul, podemos encontrar aqui a desregulação do sector financeiro e a especulação promovida pelos mercados de capitais nos últimos 20 anos.

Uma vez mais, o neo-liberalismo alimenta a grande usura internacional, através do desmantelamento do Estado Social, do aumento do desemprego e da redução do valor do trabalho, sob a capa do mercado e da competitividade à escala global.



ANIVERSÁRIO

A propósito do 33º aniversário do SPRA e do 41º da CGTP-IN

Um mundo que não queremos!

Muitos de nós já se terão questionado sobre as causas da actual situação económica internacional e, sobretudo, da actual situação económica nacional.

Nos últimos anos, assistiu-se ao maior roubo organizado desde a 2ª Guerra Mundial e ao maior recuo civilizacional desde então. Pela primeira vez, em três gerações, os filhos terão uma vida pior do que a dos seus pais, com mais desemprego, maior precariedade, menores salários, pior assistência na saúde e pior educação.

Em Portugal, o processo assume exactamente os mesmos contornos, embora tenha começado um pouco mais tarde, na década de 90, e de forma mais hesitante, travada, essencialmente, por princípios constitucionais e por governos minoritários ou de coligação. Os fundos europeus, aliados à facilidade de crédito bancário, davam uma ideia de progresso e de melhoria das condições de vida que enevoavam o desmantelamento do sector produtivo industrial e do sector primário, tornando o país cada vez mais importador de produtos transformados e de bens alimentares.

Este processo de declínio e dependência foi reforçado pela falta de políticos com visão estratégica para competir no mercado

global e pela lógica dos ciclos eleitorais que acabaram por determinar políticas de curto prazo, que satisfaziam, essencialmente, os lobbies financeiros e as clientelas dos partidos do arco do poder, em detrimento de políticas estruturantes e de um verdadeiro desenvolvimento sustentado.

Hoje, temos o país refém de agiotas e credores internacionais que impõem as privatizações de empresas com activos, induzem políticas recessivas, aumentam o desemprego, a precariedade e desvalorizam o trabalho.

Hoje, estamos aqui para comemorar os 41 anos da CGTP, os 33 anos do SPRA, mas, sobretudo, para dar um sinal de que o movimento sindical está vivo e de que a sua existência é uma conquista civilizacional da qual não abdicamos. Pela valorização do trabalho, pelo emprego!

Viva o SPRA! Viva a CGTP - IN!

António Lucas, Predidente do SPRA. Discurso proferido em Angra do Heroísmo nas comemorações do 41.º aniversário da CGTP-IN e 33.º aniversário do SPRA



"No dia 5 de Outubro, comemorase o Dia do Professor, em nome da Direcção do SPRA, gostaria de saudar todos os professores e educadores presentes e desejarlhes as maiores felicidades profissionais para o presente ano lectivo, que se adivinha mais difícil e certamente com mais problemas para resolver, não fosse a escola o 'espelho' da sociedade."

Mário Nogueira, na inauguração da sede do SPM, no Funchal:

"O papel dos professores é muito importante na escola e para a sociedade"



Secretário Geral da FENPROF participou na jornada de inauguração da nova sede do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) e respectivo Centro de Formação, na cidade do Funchal. A iniciativa decorreu a 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor. O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) esteve representado pelo Presidente da sua Direcção, António Lucas.

Depois de uma saudação a todos os educadores e professores do nosso país e de uma referência ao significado das novas instalações para o desenvolvimento da acção sindical docente na RAM, Mário Nogueira evocou "neste Dia Mundial dos Professores a Recomendação conjunta da UNESCO e ONU, aprovada em 5 de Outubro de 1966", acrescentando, logo de seguida: "Fazemo-lo recordando como, a meio do século passado, eram reconhecidos direitos que, em pleno século XXI, boa parte continua por cumprir e outros têm vindo a ser reduzidos ou eliminados." "Também em 1997", prosseguiu o dirigente sindical "UNESCO e ONU aprovaram uma Recomendação relativa aos Professores do Ensino Superior, que complementou a anterior. Foi a primeira que esteve na base da Declaração, pelas organizações internacionais, do Dia Mundial dos Professores. Isto aconteceu em 1993, em sessão presidida por Frederico Mayor, então diretor geral da UNESCO, tendo o grupo profissional dos professores sido re-

conhecido como um grupo fundamental sem o qual "não pode haver um desenvolvimento durável, nem coesão social, nem paz". Mas esta sobre o Ensino Superior veio complementá-la, acrescentando o que lhe faria falta."

A realidade portuguesa

O Secretário Geral da FENPROF afirmaria ainda na sessão solene realizada no auditório, repleto, do SPM: "Neste Dia Mundial dos Professores, tendo por atuais aquelas recomendações, é tempo de reafirmar que, aos docentes, é devida uma formação inicial, contínua e especializada de elevada qualidade; é devida estabilidade de emprego e profissional; é devida uma carreira digna e valorizada que reflita a importância da educação para a sociedade e, consequentemente, a importância do professor face a todas as responsabilidades que sobre ele recaem.

Ainda de acordo com a recomendação de 1966, os horários de trabalho dos

8 Outubro 2011 • SPRAinformação • Outubro 2011 9

professores deverão organizar-se de forma a que a sua atividade se centre no que é essencial: o trabalho com e para os seus alunos; as turmas deverão ter a dimensão adequada a um trabalho individualizado que contribua para o sucesso escolar; as escolas deverão ser dotadas de outros profissionais, nomeadamente auxiliares, para que os docentes não se percam em tarefas alheias à sua profissão..."

E acrescentou: "O que vivemos, hoje, em Portugal, em muitos aspetos, nega estas recomendações. Temos um sistema, uma escola e, sobretudo, uma profissão que vê cada vez mais distante o respeito por estas recomendações relativas aos professores. Não vivemos um tempo de racionalização ou contenção, mas de retrocesso e regressão social e civilizacional."

Um governo rendido aos encantos dos centros de poder neoliberais

Noutra passagem, o dirigente sindical destacou: "No nosso país, foi a imposição de sucessivos PEC, a que se seguiu um intolerável e duríssimo acordo entre troikas, uma ingerindo e impondo e outra subjugandose... mas quando boa parte das medidas da troika ainda estão por aplicar, já o governo afirma, para satisfação da alemã Merkl, que vai dobrar a parada, que é como quem diz, vai tornar mais violenta a austeridade, preparando-se para apresentar um orçamento de estado para 2012 que ameaça não deixar pedra sobre pedra, obrigando os portugueses a sacrifícios que poderão causar ruturas sociais graves."

"É esta a receita de um governo rendido aos encantos dos centros de poder neoliberais e comprometido em servir os inconfessáveis interesses de um capital de ganância infinita, que esmaga direitos, rouba salários, fragiliza apoios sociais indispensáveis e destrói serviços públicos essenciais", referiu o sindicalista.

O que vem aí...

Referindo-se `às medidas que esse orçamento tentará impor, Nogueira alertou: "Serão mais do mesmo, mas ainda mais doloroso: congelamento de carreiras, redução de salários, instabilidade permanente, impedimento de abertura de concursos para estabilização nos quadros, horários de trabalho ainda mais preenchidos e violentos, mais desemprego de professores e de pessoal não docente das escolas, fragilização da ação social escolar... isto para além das já anunciadas no âmbito da designada estratégia orçamental até 2015: encerramento de mais escolas, mais mega-agrupamentos (espaços desumanizados de armazenamento de crianças e jovens), aumento do número de alunos por turma, eliminação de áreas do currículo que, indo para além do ler, escrever e contar, são contributos indispensáveis para a formação integral do indivíduo, enquanto cidadão crítico e interventivo, numa sociedade que se quer democrática..."

"É com tais medidas", realçou, "que o governo de Coelho e Portas ataca, com fúria, a Educação com o objetivo principal de, à custa de alguns milhares de docentes, cortar 600 milhões de euros, que somarão aos 800 milhões que este ano já foram reduzidos. Se juntarmos os cortes destes dois anos, verificamos que se atingem 1.400 milhões de euros, ou seja, quase 20% do orçamento da Educação.

Este é um setor que há muito deixou de ter gorduras para cortar e, por isso, agora, já só se raspa o pouco que ainda resta agarrado ao osso. A consumar-se o corte anunciado para 2012, incluindo os 108 milhões no ensino superior, poderão ser atingidos órgãos vitais, razão por que se considera uma autêntica irresponsabilidade política o orçamento

que está a ser preparado e, em breve, será do conhecimento público. Se é verdade que Nuno Crato, enquanto opositor, defendia a implosão do Ministério, agora, enquanto governante parece preferir explodir com as escolas e o sistema!"

A propósito de democracia

"Há quem afirme", registou Mário Nogueira, "que a democracia é garantida com a realização de eleicões, que permitem, com regularidade, que se escolham os governantes. São importantes as eleições, é claro, mas parca será a democracia se se resumir aos atos eleitorais. Será que a pobreza, a exclusão, a fome, o desemprego, a doença que persiste em quem não tem dinheiro para medicamentos, o caciquismo, a corrupção, o enriquecimento ilícito, a fuga e a fraude fiscais, os paraísos fiscais, onde os ricos são isentados de pagar o que se exige ao comum dos mortais, o insucesso e abandono escolares, as injustiças, a violência, o desrespeito pelos direitos de quem trabalha, os roubos institucionalizados nos rendimentos do trabalho, serão esses facto democráticos? Não são, claro, e a eleição de um governo, seja por que maioria for, não lhe confere o direito de, no dia a dia, negar a democracia que permitiu a sua eleição."

"É também por essa razão que o papel dos professores é muito importante na escola e para a sociedade. Não apenas porque ensinam a ler, a escrever e a contar, não apenas porque transmitem conhecimentos, mas enquanto profissionais aptos a apoiar os jovens na construção de competências de vida e na aquisição de valores democráticos que contribuam para a sua intervenção cívica futura, que se quer permanente no quadro do exercício de uma cidadania plena. É esse papel fundamental da atividade profissional dos docentes que a direita pretende eliminar. Percebem-se as razões e, por esse motivo, iremos dar luta a essa intenção política", afirmou. | JPO •



CONSELHO NACIONAL DA FENPROF

Realizando cortes como já fez e vai prosseguir em 2012 no sistema educativo – cortes directos e indirectos (estes através da redução dos orçamentos das autarquias), o Governo da República tem que confessar ao país que desistiu da Educação, salientou Mário Nogueira na conferência de imprensa realizada após a reunião do Conselho Nacional da FENPROF (7 e 8 de Outubro). O órgão máximo da Federação entre Congressos, presidido por João Cunha Serra, reuniu em Lisboa e sublinhou a necessidade de mobilizar todos os professores e educadores para as acções a desenvolver no plano da educação, no quadro da administração pública e no conjunto dos protestos de todos os trabalhadores, já agendados pela CGTP-IN. •



Ensino Superior e Investigação

Emprego, estabilidade profissional dos docentes e qualidade do ensino em causa

tomada de posição do Secretariado Nacional da Federação lembra mais adiante que "depois de uma década de constante diminuição do financiamento, apenas interrompida no ano de 2010, com o estabelecimento dos contratos de confiança, as Universidades e os Institutos Politécnicos não estão em condições de aguentar mais este golpe e cumprir com um mínimo de qualidade as suas missões de ensino e de investigação científica e tecnológica."

A concretizar-se, este corte terá como consequências muito negativas e preocupantes, a começar pelo despedimento de docentes, convidados ou com outros

vínculos precários, essenciais ao funcionamento de muitos cursos e à ligação do Ensino Superior a muitas realidades profissionais

Onde pode chegar esta política...

Trata-se de uma orientação política que visa "dificultar o acesso à formação e à concretização dos patamares de estabilidade dos docentes, consagrados legalmente nos estatutos de carreira, particularmente no Ensino Superior Politécnico". Outras consequências apontadas pela FENPROF: "A não contratação de jovens doutorados, acentuando o envelhecimento dos corpos docentes e de investigação, e desbaratando o investimento efectuado pelo país na formação avançada de muitos jovens; o não cumprimento das proporções fixadas nas carreiras docentes quanto ao nº de professores das categorias mais elevadas, com efeitos na acreditação dos cursos, na motivação dos docentes para a aquisição de melhores qualificações e na internacionalização da actividade; e a diminuição da qualidade do ensino, com o aumento de alunos por turma, a degradação de equipamentos didácticos e laboratoriais e a sobre carga do trabalho dos actuais do-

O encerramento de cursos de pós-graduação, a diminuição dos apoios sociais aos estudantes e o aumento dos encargos das

SPRAinformação • Outubro 2011 • SPRAinformação

famílias com o ensino superior; e o atraso nos programas de qualificação incluídos nos chamados contratos de confianca assinados entre os representantes das instituições e o anterior governo, são ainda questões preocupantes apontadas pela Federação, que alerta ainda para a "impossibilidade de cumprir as metas europeias de diplomados, na faixa etária dos 30 aos 35 anos".

A FENPROF alerta todos os docentes e investigadores do Ensino Superior para que esteiam atentos ao evoluir da situação e que procurem dar o seu contributo na defesa das instituições onde trabalham e do ensino superior em Portugal.

"O desaproveitamento das potencialidades do sector do ensino superior e investigação para encontrar soluções para uma crise de que as instituições e os seus profissionais não são responsáveis, contrariando inclusivamente a sugestão da própria Comissão Europeia que define este como um sector onde não deveria haver cortes", é outra matéria em destaque neste conjunto de alertas deixados à opinião pública pela FEN-PROF e os seus Sindicatos, entretanto empenhados nas tarefas de divulgação e preparação da Conferência Nacional em Novembro (ver outra peça). Estas e outras preocupações são hoje sentidas em todas as acdemias, nomeadamente na Universidade dos Açores.

Audiências

Com o objectivo de recolher informações e cruzar opiniões, sugestões e preocupações sobre esta matéria de importância vital para o presente e futuro do ensino superior em Portugal, a FENPROF solicitou ontem reuniões de urgência ao Ministro da Educação e Ciência e aos Presidentes do Conselho de Reitores (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP) - ver mais informação em www.fenprof.pt/superior A FENPROF alerta todos os docentes e investigadores do Ensino Superior para que estejam atentos ao evoluir da situação e que procurem dar o seu contributo na defesa das instituições onde trabalham e do ensino superior em Portugal. JPO •

NACIONAL

FENPROF alerta que mais cortes podem levar escolas à ruptura

secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, alertou, que mais cortes na Educação poderão levar algumas escolas à ruptura, apelando ao Governo que não imponha mais restrições aos estabelecimentos de ensino.

Em conferência de imprensa, no Porto, Mário Noqueira disse que o sector da Educação não deve sofrer cortes orçamentais, à semelhança do sector da Administração Interna. "Agora que o Orçamento do Estado está em fase de elaboração, apelamos a que haja a consciência de que cortar na Educação, e de uma forma por vezes cega, como se está a prever, pode ter consequências ao nível de ruptura do funcionamento de escolas", afirmou. Referindo que as escolas, no seu conjunto, contam com menos 10 mil professores do que no ano passado, Mário Noqueira adiantou que o apelo do Ministro da Educação, Nuno Crato, a que se faça mais com menos pode levar ao aparecimento de "situações insuportáveis".

"O Ministro pode dizer que se tem que fazer mais com menos, mas um homem da Matemática sabe com certeza que seis são quatro mais dois e não quatro menos dois. Portanto, se o homem da Matemática diz que se tem que fazer mais com menos é porque está a fazer uma conta que não é possível fazer", concluiu. Mário Nogueira, que hoje de manhã se reuniu com as associações de directores/dirigentes escolares, salientou que "também os cortes através das autarquias são muito preocupantes", porque é agora que "os pais e as famílias necessitavam de um reforço da Acção Social". Manuel Pereira, da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), afirmou que "o mínimo para as escolas funcionarem está neste momento garantido", mas que "há o receio" de que mais cortes daqui para a frente ponham



em causa o funcionamento das escolas. "Neste momento, podem e estão a funcionar, mas não há condições para podermos sobreviver com mais cortes", frisou o responsável.

Para a ANDE, além de perdas "na capacidade de intervenção", também o corte nos recursos humanos é preocupante. "Economicamente e socialmente as famílias estão a passar por muitas dificuldades e enquanto directores de escola temos a necessidade de garantir a equidade", disse, salientando que, "tendo menos recursos humanos e financeiros, há menos condições para colaborar na diluição dessas diferenças".

Adalmiro Fonseca, da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos de Escolas Públicas (ANDAEP), afirmou que as escolas já têm as contas feitas para este ano lectivo e que já "manifestam as suas preocupações pelo que poderá suceder". "Sabendo nós que devemos dar o nosso contributo neste momento difícil, é preciso salvaguardar o mínimo essencial para que a escola pública tenha capacidade de desenvolver o seu papel educativo", defendeu. Lusa, 28.09.2011 •

INICIATIVA FENPROF

SPRA na 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) estará representado, através de um delegado eleito e de dirigentes do Secretariado Nacional e do Conselho Nacional, nos trabalhos da 3ª Conferência do Ensino Superior e Investigação que a FENPROF realiza nos próximos dias 4 e 5 de Novembro (Sexta-feira e Sábado), no auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Esta Conferência é uma iniciativa que visa avaliar a situação no ensino superior e na investigação científica, designadamente, quanto à política de financiamento deste serviço público, bem como quanto ao desenvolvimento das orientações de Bolonha e aos constrangimentos ao desenvolvimento das carreiras profissionais. Como assinala o regulamento, a 3.ª Conferência visa, ainda, proceder à análise e

discussão das formas de organização da acção dos docentes do ensino superior e dos investigadores, bem como da ligação, acompanhamento e envolvimento na acção sindical dos bolseiros de investigação. Recorde-se que a realização desta iniciativa foi aprovada no 10.º Congresso da FENPROF.

Objectivos

Aprovar orientações e propostas destinadas a nortear a acção e a configurar a organização da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação é um dos objectivos centrais da Conferência. A Federação pretende assegurar que as conclusões desse trabalho sejam representativas da opinião dos sócios e garantir ainda uma participação muito alargada, extensiva a não sócios, nas matérias exteriores à organização sindical interna. Reforçar a afirmação e a influência da

FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação, em especial junto dos docentes do ensino superior e dos investigadores, mas também junto da sociedade, em geral, e das instituições de ensino e de investigação, em particular, e melhorar a acção da FEN-PROF, integradora de todos os sectores de ensino, apresentando propostas que visem aumentar o contributo do Ensino Superior e da Investigação para esse fim, contam-se igualmente entre os objectivos centrais do grande encontro de Novembro em Lisboa.

Horário dos Trabalhos

4 de Novembro

Sessão 1 – Das 14.00 horas às 20.00 horas

5 de Novembro Sessão 2 - Das 9.30 horas às 13.00 horas Sessão 3 - Das 14.30 horas às 17.30 horas

ACORDO

Ensino Particular e **Cooperativo**

As comissões negociadoras da AEEP (Associação Patronal do Ensino Particular e Cooperativo) e da FENPROF chegaram, finalmente, a um acordo.

Ana Paula Relvas, Dirigente do SPRA

ssim, e após um longo período de negociação, estas duas comissões chegaram a acordo sobre matérias relativas à revisão do Contrato Colectivo de Trabalho dos docentes do EPC para o ano 2011. Estas matérias dizem respeito à estrutura da carreira docente, ao regime de avaliação do desempenho e ao horário de trabalho dos docentes.

Quanto à estrutura da carreira, foi encontrada uma solução mais equilibrada relativamente à sua organização, registando-se uma significativa valorização dos níveis de ingresso, em que os primeiros três níveis são anulados, sendo substituídos por um único nível. Foram ainda salvaguardadas, na transição entre carreiras, as expectativas dos docentes que se encontram em condições de progredir estando em situação próxima do condicionamento. Ficaram também previstas situações excepcionais de progressão para os docentes que permanecem há sete ou mais anos sem progredir, bem como para os estabelecimentos de pequena e micro dimensão.

No que diz respeito à avaliação do desempenho, é de recordar que a FENPROF já tinha chegado a acordo com a AEEP, em ano anterior, relativamente a esta matéria, contribuindo, assim, para uma maior desburocratização deste processo e também para que os períodos avaliativos passem a ser de quatro ou seis anos, de acordo com a duração do nível.

Em relação aos horários de trabalho, a designada "terceira coluna" (referida no actual contrato) desaparece, permitindo uma correcta interpretação dos horários de trabalho. Esta "terceira coluna" referia-se a tempos para outras actividades que deveriam ser não lectivas. mas, no entanto, e de forma abusiva, muitas entidades utilizavam-na como tempos lectivos. Ficou também assegurado que o cargo de direcção de turma continuará a dar lugar a uma redução de duas horas lectivas.

Podemos, assim, concluir que, atendendo à situação muito difícil que os docentes do EPC têm vindo a viver, os professores e educadores saem a ganhar, tendo, para isso, contribuído o empenho da FENPROF na negociação, apresentando propostas sem nunca abdicar do essencial.

(Acordo publicado no Boletim de Trabalho,



Contra o desemprego, a precariedade e a instabilidade









Em todo o país, fez-se ouvir o **PTOTESTO** dos professores!

Professores e educadores protestaram, no arranque do novo ano lectivo, contra o desemprego, a precariedade e a instabilidade que, de forma cada vez mais violenta, se abatem sobre os profissionais. Do Largo do Camões, em Lisboa, à Av. dos Aliados, no Porto, passando pela concentração, desfile e plenário em Coimbra, pelas acções na zona sul (Alentejo e Algarve) e pelas conferências de imprensa no Funchal e em Ponta Delgada, milhares de docentes – desempregados, contratados e dos quadros – confirmaram que é preciso reagir, é urgente contestar e é preciso dar a volta a isto. O alerta fez-se ouvir: ninguém cruza os braços face às políticas que apostam no desemprego, nos contratos sem regras, na instabilidade e na precariedade. São necessárias (e possíveis!) outras opções!

1 DE OUTUBRO

É preciso acreditar! É preciso dizer não ao empobrecimento do país!



Face ao aprofundamento de políticas que conduzem a um progressivo empobrecimento do país, à sua paralisia e recessão económica, a CGTP-IN realizou uma jornada de protesto e luta, no passado dia 1 de Outubro, marcada pela forte participação nas manifestações de Lisboa e do Porto. Tal como todos os outros trabalhadores, os professores e educadores acompanham com profunda apreensão e revolta o evoluir de uma política que se traduz num aumento do desemprego, realidade que marca hoje a vida na Região Autónoma dos Açores. No plano nacional, recorde-se, há, este ano, menos 8000 professores nas escolas, comparando com o ano lectivo anterior. A precariedade e a instabilidade laboral bem como o ataque às conquistas sociais são também factores de preocupação que estiveram em destaque nas acções da Central no passado dia 1 de

Desemprego elevado exige política alternativa

A CGTP-IN considera os dados sobre a situação do emprego no nosso país, divulgados recentemente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), muito preocupantes.

"Mais de 533 mil desempregados permanecem inscritos nos centros de emprego de todo o país e quase metade sem qualquer protecção no desemprego. Apenas 285 mil (54%) têm uma prestação de desemprego, quando há um ano eram mais de 340 mil (62%), o que significa que o número de beneficiários caiu 55 mil desde Agosto de 2010. Por outro lado, a não renovação dos contratos (41%) continua a ser uma das principais responsáveis pelo elevado desemprego existente", alertava a Central em finais de Setembro.

"Entretanto, a realidade é mais gravosa. Esta é apenas uma parte do número real de desempregados. Muitos não se inscrevem nos centros de emprego porque não encontram alternativa de emprego, porque esgotaram as prestações ou porque a elas não conseguiram sequer aceder, devido às formas cada vez mais precárias de contratação", destaca a Inter, que realça numa breve nota de imprensa entretanto divulgada:

Agravamento

"A situação económica é de recessão, apontando as previsões para um agravamento no desemprego nos próximos tempos, o que, a par de uma cada vez menor protecção no desemprego, poderá deixar muitos desempregados e suas famílias numa situação extremamente difícil."

Referindo que "o Governo não se pode eximir das suas responsabilidades, quer no agravamento da situação económica, quer no que diz respeito ao desemprego " e que "as medidas do Governo no sentido de alteração da legislação laboral, com a facilitação dos despedimentos, a descida

das indemnizações, bem como o aumento da desprotecção no desemprego são injustas, irracionais e têm que ser travadas", a CGTP-IN sublinha ainda:

"Portugal precisa de uma política alternativa que desenvolva o sector produtivo, promova o investimento público e privado, assegure o crescimento económico para criar mais e melhor emprego, valorize o trabalho e respeite os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, garanta uma justa distribuição da riqueza e dinamize a procura interna, combata a pobreza e as desigualdades. Estas, sim, são propostas que respondem aos problemas dos desempregados, dos trabalhadores, da população em geral e do país."



SPRAinformação • Outubro 2011 • SPRAinformação



ACÇÃO

Prioridades da CGTP-IN para 2012

O combate ao desemprego e a melhoria das políticas activas de emprego com vista a prevenir e reduzir o desemprego, a aumentar a empregabilidade e a reforçar a qualificação/ requalificação dos trabalhadores.

Defende-se, em particular:

- A adopção de programas de gestão preventiva, que evitem os despedimentos ou a redução de efectivos em empresas em reestruturação ou que apresentem riscos de perdas de emprego;
- A redefinição das políticas activas de emprego, de modo a serem selectivas e temporárias; promoverem empregos estáveis; não amputarem receitas da Segurança Social; terem contrapartidas das empresas,
- incluindo no que respeita aos direitos dos trabalhadores:
- A elaboração de verdadeiros Planos Pessoais de Emprego para todos os desempregados subsidiados e acompanhamento directo destes.
- A restrição dos contratos de trabalho não permanentes às actividades ou situações de natureza claramente temporária, quer no sector privado, quer na Administração Pública, o que exige:

- O reforço da fiscalização e a punição dos infractores;
- A revogação, na legislação do trabalho, da discriminação relativa à contratação de jovens e desempregados de longa duração, ao prever a sua contratação a termo para postos de trabalho permanentes;
- O combate à utilização de trabalho temporário abusivo, que penaliza sobretudo os jovens, a produção de estatísticas de forma a conhecer melhor esta realidade, bem como o controlo da subcontratação por via da responsabilização da entidade contratante;
- O combate à contratação em regime de prestação de serviços ("recibos verdes") nas situações caracterizadas como de relações de trabalho subordinado, exigindo-se a passagem destes trabalhadores ao quadro permanente das empresas ou serviços;
- A garantia e promoção da contratação colectiva, no sector privado e na Administração Pública, o que passa, nomeadamente pela revogação da norma da caducidade das convenções;
- A efectivação dos direitos, como o da intervenção sindical no local de trabalho, assim como todos os outros que se encontram consagrados, designadamente nas convenções colectivas de trabalho;
- A efectivação do direito à formação profissional, previsto no Código de Trabalho mas não cumprido por uma parte substancial de empresas, o qual deve estar associado à evolução na carreira profissional dos trabalhadores;
- A redução da sinistralidade laboral, nomeadamente, através da promoção da aplicação de efectivas políticas de prevenção dos riscos profissionais e promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, nas empresas, bem como da fiscalização do cumprimento das normas em vigor nestas matérias;
- O reforço dos meios da Inspecção de Trabalho e a reorientação da acção da fiscalização para ser mais eficaz, o que exige: uma maior cooperação entre as várias inspecções; a definição de prioridades, as quais devem incluir o combate ao trabalho não declarado e à contratação abusiva; uma acção mais intensa, eficaz e coerciva da Autoridade para as Condições de Trabalho;
- A implementação de medidas que assegurem uma maior celeridade de resposta dos tribunais de trabalho, nomeadamente de Lisboa e do Porto;
- A adopção de medidas urgentes para desbloquear a situação caótica em que se encontram os tribunais de comércio. •

Da "Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2012", tomada de posição aprovada a 8/09/2011

OPINIÃO

A crise e a educação

Fernando Marta, Professor

ferdomarta@gmail.com



Com as listas de professores contratados a conhecerem uma razia como nunca se tinha visto, o futuro é incerto, e as escolas serão uma incerteza incrível como, em períodos como o que estamos agora a viver, a Educação é sempre uma das principais áreas em que os cêntimos passam a ser, para além de contados, o que acho muito bem, escassos a cada dia que passa. A poupança é importante em todas as secretarias, mas negar ao ensino aquilo que lhe é fundamental é um gigantesco contra-senso, que pagaremos mais cedo do que julgamos.

É pôr em causa o trabalho que tem sido feito na região e que tão boas críticas tem recebido em termos nacionais e que apenas foi possível com o granjear de competências que o aprofundamento do processo autonómico permitiu. Agora, "sem vida para além do défice", hipotecámos a escola pública, desde o portão até ao giz. E nem vale a pena culpar a troika, quando andamos a dizer que temos as finanças mais saudáveis do Atlântico.

Nestas coisas, como é costume, são os recursos humanos os primeiros a sofrerem as consequências da crise. Para já, com o corte na massa salarial

docente do arquipélago, poupar-se-ão muitos milhares de euros por mês, que colocam em causa o futuro dos alunos, a concretização de projectos e programas específicos destinados a alunos em situação de vulnerabilidade familiar, com dificuldades de aprendizagem e cujo amparo recebido na escola substituía, ainda que em parte, tudo o que lhes faltava em casa. Tudo isto vai acabar.

Os professores são super, ainda que não sejam super-ministros. Conseguem, tantas vezes, fazer maravilhas com os parcos recursos que lhes disponibilizam, mas não conseguem fazer milagres, tal como não o consegue Vítor Gaspar, o anunciado super-ministro das Finanças. E agora ainda menos, com as escolas a viverem um dos piores momentos desde há décadas. Vivemos às pinguinhas.

Com as listas de professores contratados a conhecerem uma razia como nunca se tinha visto, o futuro é incerto e as escolas serão uma incerteza. Menos 227 professores contratados foram colocados nos Açores, mas para se ter uma ideia, no primeiro ciclo, foram subtraídos 80, se comparado com o ano anterior. Muitos saltitaram entre o Centro de Emprego e a Segurança Social, onerando assim os contribuintes com o pagamento de mais prestações de desemprego. São os sonhos que ficam para trás e a ambição de fazer de crianças, jovens e destes adultos que vão para o caixote do lixo. É uma luz que se apaga e que tarda em reacender.

Como tantas vezes temos visto acontecer, o Facebook é já o ponto de encontro de professores e educadores que se preparam para protestar contra esta facada nas costas, que poucos esperariam, mas já alguns receavam. Anos e anos a alimentarem o sistema e, agora, ficaram de fora. •



"A escola pública é um projecto democrático vinculado à conquista de direitos sociais"

Nos países em que foram implantadas lógicas de privatização da escola pública, assistiu-se ao aumento das desigualdades, à desvalorização do trabalho dos professores e à discriminação das escola – o alerta foi deixado por Almerindo Janela Afonso, no debate sobre a escola pública, realizado em Lisboa, por iniciativa da Plataforma da Educação. O docente da Universidade do Minho observou que pessoas que estiveram nessas políticas já recuaram.

Noutra passagem, realçou a necessidade de defender e valorizar os serviços públicos numa sociedade democrática, lembrando que é necessário estar mais atento e ser mais perspicaz politicamente para contra-argumentar e "confrontar criticamente algumas das justificações mais subtis e elaboradas que procuram acabar com a escola pública".

Depois de referir que "os serviços públicos só para as classes populares tendem a perder importância", o prestigiado investigador criticou frontalmente aqueles que, "sem pudor, colocam a necessidade da privatização dos serviços públicos, quando devem à escola pública o seu estatuto social e a sua formação". Isso é mais um sintoma da falácia da actual relativização e des-historizicação da vida social, mas "Não se pode apagar o passado", comentou, ainda, a este propósito.

"A escola pública é uma conquista civilizacional"

Mais adiante, Janela Afonso sublinhou a importância da construção da cidadania numa perspectiva nacional e europeia e a sua íntima relação com a escola pública. Alertou para os apetites da Organização Mundial do Comércio (OMC) também na área do ensino e sublinhou que "a escola pública é uma conquista civilizacional, cujo retrocesso seria impensável". Embora inacabado e necessitando sempre de ser melhorado, este projecto evoluiu ao longo do tempo e tem hoje uma importante densidade histórica, cultural e educacional.

O docente da Universidade do Minho referiu, noutra passagem, que a escola pública é também um projecto democrático vinculado à conquista de direitos sociais - "é um direito humano fundamental". | JPO •

SPRAinformação • Outubro 2011 • SPRAinformação



ACTUALIDADE

Antes que entre em stress

Sim, já lhe deve ter passado pela cabeça que este é apenas mais um artigo sobre stress.

s considerações mais ou menos exactas sobre este tema são, de facto, uma espécie de epidemia que acabou por reduzi-lo à banalidade. Mas consideremos, ainda que por breves momentos, as implicações que o stress, particularmente o stress laboral, representam. Dados da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho revelam que o stress laboral custa cerca de 20 mil milhões de euros em despesas anuais de saúde e que 28% dos trabalhadores na União Europeia diz-se afectado ou sentir por ele afectado. Acresce que, segundo a mesma fonte, 50 a 60% do absentismo laboral no espaço europeu se prende com problemas associados ao stress e que 16 a 22% das doenças cardiovasculares parecem relacionadas com a sua vivência no trabalho. Meia dúzia de dados e bem se percebe que afinal...afinal o stress laboral não é algo de somenos. Que o digam os professores!

Uma série de motivos concorrem para que a profissão docente, à semelhança de outras, esteja particularmente exposta às consequências decorrentes da experiência do stress. A multiplicidade de tarefas e funções, as exigências crescentes postas pelos alunos ao nível das aprendizagens e dos seus comportamentos, o fenómeno da concentração da população escolar em grandes

estabelecimentos de ensino e em turmas numerosas, a vigilância e exigência sociais exageradas em relação ao papel do professor, as expectativas de carreira goradas, a desvalorização institucional do papel... bom, a lista já vai longa e ainda assim peca por defeito. Como bem se vê, são muito concretos e sérios os factores que concorrem para um desgaste crescente do professor. Acresce a tudo isto o contexto histórico que atravessamos. introduzindo mais distúrbio social e maior incerteza, e bem se percebe que as estatísticas conhecidas terão tendência a crescer.

Não obstante os riscos acrescidos e que não podem ser ignorados em determinadas funções profissionais, interessa contextualizar o

problema. Desde logo, desmontando alguns mitos. O stress não é uma doença ou anormalidade. Naturalmente que ao manifestar-se de forma frequente, intensa e duradoura pode resultar em problemas físicos e/ou mentais sérios e causar um dano considerável ao sujeito. Porém, o stress é, a montante, uma condição de vida, daqui decorrendo que a solução passa, em termos gerais, por geri-lo e não por eliminá-lo, como outros mitos alimentam. De facto, os nossos contextos de vida põem--nos e continuarão a pôr, constantemente, exigências novas, inesperadas ou desafiantes, que implicam um esforço de adaptação. Em suma, a adaptação pode ser mesmo vista como um pré-requisito da existência humana. É a percepção pessoal de que as exigências de uma situação nova, inesperada ou desafiante são excessivas ou superiores para os

CENTRO DE ÎNTERVENÇÃO PSICOLÓGICA E PEDAGÓGICA

PSICOTERAPIA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

- ANSIEDADE, HIPERACTIVIDADE, PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO

PSICOTERAPIA COM ADULTOS:

- ANSIEDADE, DEPRESSÃO, GESTÃO DO STRESS, PERTURBAÇÕES DA PERSONALIDADE
 AVALIAÇÃO E APOIO NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
- DISLEXIA E DISORTOGRAFIA

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

- PARA INGRESSO NO ENSINO SECUNDÁRIO E NA UNIVERSIDADE

EXPLICAÇÕES E APOIO PEDAGÓGICO (ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO)

Rua do Galo, nº 83, 9700-091 Angra do Heroísmo Contactos: 96.6039216/96.2483528/91.8179638 Site: http://www.cipp-terceira.com companhe-nos também em www.facebook.com/CIPP.Terceira recursos que o sujeito tem disponíveis que provoca um desequilíbrio ou stress. E é esta definição que também nos permite perceber porque é que ante a mesma situação e nas mesmas condições, duas pessoas agem de maneira diferente, uma talvez enfrentando e procurando responder às exigências, outra optando pela fuga ou o desespero.

Essa diferença de atitude significa também que há esperança. Lidar com o stress, procurando uma melhor adaptação e uma diminuição do impacto de factores adversos, parte de uma capacidade de reinterpretar, de modo mais funcional, as situações vistas como excessivamente exigentes. Nem sempre Lidar com o stress, procurando uma melhor adaptação e uma diminuição do impacto de factores adversos, parte de uma capacidade de reinterpretar, de modo mais funcional, as situações vistas como excessivamente exigentes essa mudança de avaliação e interpretação é fácil, muito menos no quadro da profissão docente, quando, como bem sabemos, muitos são os obstáculos e as indefinições. Todavia, equilibrar as exigências com os recursos, como se fossem pratos de uma balança, e fazer com que os desequilíbrios entre um e outro sejam menos frequentes e acentuados é não só desejável, como possível. Sobretudo, é algo que se aprende. E quem faz do ensino o seu ofício, certamente que estará aberto a essa aprendizagem, porque aprender é a forma mais completa de libertação. | Francisco Simões •

www.cipp-terceira.com



DISCURSO DIRECTO Mário Nogueira

"Lutaremos com a certeza de que, quem luta, nem sempre ganha, mas quem não luta e desiste sai sempre derrotado" As autoridades públicas, em Portugal, não têm protegido a Escola Pública e o ensino público. Com a justificação da crise, considerando inevitáveis as políticas em curso no mundo e agora rendidos à troika, este ano foram cortados à Educação mais de 800 milhões de euros, prevendo-se que o corte atinja os 1.200 milhões até final de 2013. Nos últimos anos, a precariedade laboral

dos docentes aumentou muito, as condições de trabalho degradaram-se, os horários de trabalho agravaram-se e tornaram-se pedagogicamente absurdos, encerraram milhares de escolas do 1.º Ciclo, agruparam-se escolas básicas e secundárias em unidades que chegam a atingir os 3.000 alunos. As escolas perderam funcionários, psicólogos, terapeutas, assistentes sociais e milhares de alunos com dificuldades de aprendizagem perderam os apoios a que têm direito. Com estas medidas e mais algumas que não teria tempo de referir na totalidade, a escola portuguesa tornou-se menos inclusiva, o que nós consideramos muito grave, e corre sérios riscos de perder qualidade.

Em relação aos docentes, nos últimos tempos os seus salários foram reduzidos, as carreiras bloqueadas, a precariedade atingiu os 30%, a profissão tende, preocupantemente, a desvalorizar-se, a aposentação já vai nos 65 anos... Não é por acaso que nas manifestações e protestos que promovemos, uma das principais palavras de ordem seja "Deixem-nos ser Professores!" Pretendendo silenciar os professores, são desenvolvidos regimes de avaliação não formativa, assentes em procedimentos burocráticos, de matriz punitiva e com a intenção única de controlar os professores. Temos lutado muito contra eles.

Sairemos daqui mais fortes, mais conhecedores de outras realidades, mais certos de que não estamos sozinhos na luta, mais apetrechados com argumentos e com este documento político que fala da Escola Pública e da qualidade educativa. A situação em Portugal é difícil, mas não é por isso que vamos desistir da luta. Lutaremos com a certeza de que, quem luta, nem sempre ganha, mas quem não luta e desiste sai sempre derrotado.

Da intervenção de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, no 6º Congresso da Internacional de Educação (IE), Cidade do Cabo, África do Sul, 22 a 26 de Julho 2011



SPRAinformação • Outubro 2011 • SPRAinformação

Desconto ara Associa do SPRA



CRÓNICA
Aníbal C. Pires
http://anibalpires.blogspot.com/

Defender o adquirido autonómico e a singularidade açoriana



disseminação da doutrina europeísta e a uniformizadora cultura dominante veiculada pelos instrumentos da globalização afectaram, nas últimas décadas, profundamente, o modo de vida nos Açores. Num primeiro momento, verificou-se uma adesão generalizada e acrítica ao "novo": - diferente, moderno e disponível para todos; porque propiciador da materialização do sonho, assim como se fosse um processo inverso, mas também complementar, ao do histórico fado açoriano de o procurar (o sonho) para lá do horizonte.

As transformações sociais e culturais ocorreram e evoluíram sem que o ser açoriano tivesse sido despojado da condição singular a que Nemésio chamou de açorianidade, ou seja, passado que foi o impacto da novidade, iniciou-se um processo de recriação e valorização destas ilhas, das suas gentes e dos seus costumes. Nesta competição, entre a imposição de tudo uniformizar e a matriz cultural açoriana, ganhou a açorianidade.

Ao apropriar-se de novas oportunidades e ferramentas, a acorianidade não só sobreviveu, como se renovou e reafirmou, ainda que num olhar pelo "sky-line" dos centros urbanos de maior dimensão e pelos costumes seja naturalmente visível a penetração e adopção de novos conceitos de ocupação do espaço, arquitectónicos e de organização económica e, naturalmente, de modos de vida. Conceitos importados e nem sempre os mais apropriados para uma Região que beneficia de uma singularidade paisagística, ambiental e cultural que lhe confere um potencial económico ainda por rentabilizar de forma sustentável.

O projecto autonómico não é de todo alheio a esta reafirmação da açorianidade e, também ele se consolidou e evoluiu, enquanto aspiração regional, mas também como desígnio político nacional, a autonomia dotou-se de um quadro jurídico e constitucional que lhe confere estabilidade financeira e orçamental (Lei das Finanças Regionais) e de alargadas competências

legislativas que a revisão constitucional de 2004 lhe concedeu e que o Estatuto consagrou.

Neste processo histórico recente, a identidade regional foi reforçada e a autonomia regista um assinalável caminho de aprofundamento e aperfeiçoamento. Porém, a este quadro de sucessos não corresponde um esperado desenvolvimento harmonioso interno, nem o ritmo de convergência com o país e com a União Europeia corresponde ao que seria expectável e deseiável. Os custos do viver insular têm vindo a acentuar-se. É mais caro viver nos Açores e o salário médio dos trabalhadores açorianos é inferior ao salário médio nacional, as assimetrias regionais não só se mantêm como se tem verificado, nos últimos anos, um claro retrocesso naquele que é afinal um dos fundamentos da própria autonomia – a coesão territorial, económica e social.

O desenvolvimento harmonioso da Região, a redução da dependência externa, designadamente a alimentar, a dinamização do comércio interno e externo, a valorização da agricultura e das pescas, um novo paradigma para o sector do turismo, a diversificação de acordos bilaterais com países e regiões da bacia Atlântica são desafios do presente. Mas o maior repto relaciona-se com os transportes, enquanto a Região não for dotada de um modelo integrado de transportes marítimos e aéreos de passageiros e mercadorias de baixo custo, que sirva os cidadãos insulares, garantindo-lhes, assim, o direito à mobilidade e ao não isolamento e assumindo-se, de uma vez por todas, como o factor estruturante da dinamização da economia regional. Enquanto este secular constrangimento não for solucionado, nenhum dos desafios que enunciei para o presente poderá ser bem sucedido.

Sendo desafios do presente, não são, todavia, novos desafios. Os constrangimentos endógenos e exógenos da economia regional são de há muito conhecidos e só a adopção de um modelo de desenvolvimento anacrónico justifica que os Açores continuem a ser hoje tão permeáveis às conjunturas externas como o eram há 4 séculos atrás.

A crise instalada e as respostas políticas que o País e a Região têm adoptado para a sua resolução não passam da reconfiguração de um modelo económico falido e do reforço dos especulativos oligopólios financeiros

A crise instalada e as respostas políticas que o País e a Região têm adoptado para a sua resolução não passam da reconfiguração de um modelo económico falido e do reforço dos especulativos oligopólios financeiros e, por conseguinte, o resultado só pode ser a continuidade da recessão económica e o aprofundamento das desigualdades sociais, a perda de direitos conquistados e a destruição do Estado.

Vivemos um momento complexo. A soberania nacional está diluída entre o Tratado da União Europeia, a união monetária e, mais recentemente, os termos do resgate financeiro. Neste quadro, o Governo na República predispõe-se a abdicar do património material e imaterial do País, indo para além do que foi "negociado" externamente. Neste contexto,

também sobre as autonomias regionais pendem ameaças de retrocessos.

Ficam apenas 3 exemplos que representam, por um lado, o desrespeito pelo quadro jurídico e constitucional e, por outro, o abandono do princípio de que as autonomias são um projecto político nacional com o qual o regime democrático respondeu às aspirações autonomistas dos povos insulares. A imposição, em sede de memorando de entendimento com FMI/UE/BCE, da redução de 30 para 20% como limite máximo para as opções de política fiscal nas Regiões; a alocação ao Estado das receitas que vierem a ser cobradas na Região em sede do imposto extraordinário sobre o 13.º mês e a tentativa, em curso, de liquidação da RTP Açores en-

quanto garante do cumprimento do serviço público de televisão na Região numa clara atitude de desresponsabilização de competências que ao Estado estão cometidas. Para além dos desafios internos a que aludi, o povo açoriano está, uma vez mais, confrontado com um governo central que, na sua essência, não passa de um mero cobrador de impostos e tem do país uma visão macrocéfala.

O futuro é de luta na defesa do adquirido autonómico e de construção de um paradigma de desenvolvimento sustentável para os Açores que assuma a ruptura com as opções políticas e económicas que comprovadamente produzem assimetrias no desenvolvimento, desigualdades sociais, desemprego, exclusão e pobreza.

ÚLTIMA HORA

Governo aprova novo regulamento de concursos do pessoal docente

Nuno Fonseca, Dirigente do SPRA

No *Day After* do dia do Professor, o Governo Regional dos Açores aprovou a proposta do novo Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário. Alterações:

- A **abertura** do concurso de acesso aos quadros passará a realizar-se de quatro em quatro anos;
- A **obrigatoriedade** de a candidatura dos docentes se fazer pelo menos a três ilhas.

Com a primeira medida, o Governo acentua a precariedade dos docentes contratados, que ficam, assim, condicionados a apenas tentarem a entrada em quadro de quatro em quatro anos, com todos os prejuízos daí inerentes, quer ao nível profissional, quer ao nível pessoal. Com a segunda medida, os docentes vêem-se forçados a serem opositores ao concurso para, no mínimo, três ilhas, podendo vir, assim, a obter um lugar de quadro noutras ilhas onde não o desejam. Quais os benefícios destas medidas para o sistema educativo regional? ... Importa, no entanto, relembrar que, fruto das negociações, o SPRA conseguiu:

- A realização de um Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário no decorrer deste ano lectivo;
- A manutenção da anualidade do concurso interno de afectação;
- A continuidade da "prioridade regional" ainda que com condicionantes. Conseguiu-se também que não houvesse renovação anual de contratos até quatro anos, visto que esta seria uma forma de agravar ainda mais a precariedade e de subverter o critério da graduação profissional dos docentes contratados. O SPRA continuará, como sempre, a envidar todos os esforços para minorar e suprimir todos os aspectos gravosos das alterações propostas pela SREF, nomeadamente em sede da Assembleia Legislativa Regional, continuando a bater-se pela manutenção do mecanismo de concursos em vigor. •

CARTOON

Henrique Monteiro http://henricartoon.blogs.sapo.pt/



1

Leituras

Atlântida-Revista de Cultura, vol. LV

Pelo quinquagésimo quinto ano consecutivo, acaba de sair do prelo a edição periódica Atlântida-Revista de Cultura, vol. LV, referente ao ano de 2010, do Instituto Acoriano de Cultura, e que em breve estará disponível nas livrarias. Este número da revista abre com um dossiê temático intitulado Evolucionismo, Darwin e os Açores, no qual são publicadas as comunicações apresentadas no Colóquio com o mesmo título, levado a efeito em 2009, no âmbito do Outono Vivo, pelo IAC, em parceria com a Câmara Municipal da Praia da Vitória. Seguem-se, como é habitual, vários artigos organizados em quatro secções – "Estudos e Criação Artística", "Estudos e Criação Literária", "Ciências Humanas", e "Outros Saberes" – nas quais se apresentam alguns estudos científicos e se abordam temáticas relacionadas com: literatura, arquitectura, património e história, entre outras, procurando-se, desta forma, manter um alinhamento interessante e diversificado para



os leitores. À semelhança dos anos anteriores, a revista sai numa edição em papel e também numa edição em CD-ROM (como acontece desde 2005), que, para além do conteúdo da revista de 2010, integra também os fascículos do vol. VI, publicado no ano de 1962. Num total de 306 páginas – com uma larga profusão de imagens do fotógrafo terceirense Hugo Machado – esta revista teve uma tiragem de 1.000 exemplares.

Exposição

Medeiros Cabral. In Memoriam

Museu Carlos Machado, Ponta Delgada

Medeiros Cabral nasceu no dia 7 de Setembro de 1955, na cidade de Ponta Delgada e faleceu no dia 20 de Dezembro de 1979, na cidade do Porto, onde frequentava o terceiro ano de pintura da Escola Superior de Belas Artes daquela cidade. A sua curta vida foi fortemente marcada pelo período pós-revolução 25 de Abril de 1974, o que se veio a refletir na sua criação artística. A História, a sua obra mais

marcante, é um tríptico onde o pintor nos dá a sua visão da História, apresentando-a dividida em três períodos (O Esclavagismo, O Feudalismo e O Capitalismo). Esta Exposição/Homenagem inclui as suas obras mais significativas, para além de um número considerável de desenhos, muitos deles inéditos, onde são notórias as suas preocupações conceptuais e formais, resultando num conjunto de grande riqueza plástica. O catálogo da exposição inclui toda a sua obra conhecida, e que foi possível resgatar, ficando assim um registo tão completo quanto possível do trabalho deste pintor precocemente desaparecido.

Até 20 Dezembro de 2011 no Museu Carlos Machado, Ponta Delgada http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/exposicoes



Exposição

Do Mar e da Terra... uma história no Atlântico

A abertura da exposição Do Mar e da Terra... uma história no Atlântico vem, uma vez mais, confirmar o lugar do Museu de Angra do Heroísmo numa rede de espaços em que as representações



materiais e visuais, que se inspiram no passado, nas expressões artísticas e nas conquistas tecnológicas, se organizam para recriar narrativas e, de certa forma, fundamentar modos de estar e de ser colectivos, neste caso, de angrenses, terceirenses e açorianos.

Do Mar e da Terra... uma história no Atlântico assume-se, pois, como um dos raros espaços em que a história e a herança cultural açorianas se materializam e se devolvem ao olhar, através daqueles objectos que evocam e que tornam mais real, ao mesmo tempo, as memórias de um passado e os caminhos de um futuro, como se se tratasse de um ponto de partida e de chegada para a descoberta e para a compreensão da cidade de Angra, da Ilha Terceira e do Arquipélago dos Açores.

http://museu-angr a.azores.gov.pt/exposicoes/permanentes/06-do-mar-da-terra/ exposicao.html



Conferências

Conversas de Outono - Ciclo de Conferências

açoriano e, ao mesmo tempo, de uma nova experiência: a

abertura de uma secção competitiva para a longa-metragem. O

Faial Filmes Fest deixará, assim, de ser o Festival de Curtas das

Ilhas e afirma-se definitivamente como o Festival de Cinema dos

Açores, alargando o seu espaço de expressão cinematográfica.

Ao longo dos anos, têm-se cruzado no Festival de Cinema dos

Açores referências obrigatórias da cinematografia portuguesa

Conversas de Outono é a designação do ciclo de conferências que a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo vai realizar e que decorrerá durante o mês de Outubro e início de Novembro de 2011. O ciclo é dedicado ao conceito de "Crise" e desta problemática se ocuparão os conferencistas convidados, oriundos de diversas áreas, procurando-se assim criar enfoques e abordagens diversas sobre o tema, por forma a favorecer uma reflexão alargada. Fernando Catroga, catedrático da Universidade de Coimbra, historiador e especialista em História das Ideias; Oscar Mascarenhas, jornalista, sindicalista e professor; Fernando Almeida Alexandre, especialista em macroeconomia e política económica, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho; Anselmo Borges, filósofo e teólogo, colunista do Diário de Notícias, professor da Universidade de Coimbra e José Carlos Vasconcelos, renomeado jornalista, poeta e advogado, da equipa editorial da revista Visão e director do Jornal de Letras, que encerrará o ciclo.

As conferências terão a seguinte ordem: dia 7 de Outubro, Fernando Catroga; dia 14 de Outubro, Óscar Mascarenhas; dia 21 de Outubro, Fernando Almeida Alexandre; dia 4 de Novembro, Anselmo Borges e dia 11 de Novembro, José Carlos Vasconcelos.

http://burrademilho.blogspot.com/2011/10/conversas-de-outono-ciclo-de.html

Exposição

em língua portuguesa, assinalando também aqui um foco de

resistência e inconformismo e a vontade de construir uma

nova esperança para um mundo perturbado.

De **30 de Outubro** a **5 de Novembro**

www.azoresfilmfestival.org/01.html



spra

sindicato dos professores da região açores

escolas e os precisam dos professoros.

A educação não é um gasto, é o melhor investimento para o futuro

www.spra.pt





